



O sujeito informacional e as redes sociais *online*: reflexos da polarização política nas práticas informacionais relacionadas à pandemia de Covid-19

The informational subject and online social networks: reflections of political polarization in information practices related to the Covid-19 pandemic

Andrea Heloiza Goulart ^{a, *} 

Ivette Kafure Muñoz ^{a, b} 

RESUMO: A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios ao mundo e evidenciou problemas de ordem informacional, como a enorme quantidade de conteúdos que circulam na internet e a desinformação. Além disso, o cenário brasileiro também experimentou o forte impacto decorrente da politização da crise sanitária. Nesse contexto, o artigo apresenta pesquisa sobre as práticas informacionais em relação à pandemia, no âmbito das redes sociais *online*. Para tanto, adotou-se a Análise de Discurso Crítica, a fim de se compreender a forma pela qual os conteúdos acerca da pandemia, em especial os posicionamentos defendidos pelo governo federal, foram apreendidos e repercutidos pelos usuários, no Facebook. Os resultados demonstraram extensa circulação de conteúdo desinformativo e polarização política dos internautas.

Palavras-chave: Desinformação; Polarização; Práticas Informacionais; Pandemia.

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic has brought great challenges to the world and has highlighted informational problems, such as the huge amount of content circulating on the internet and misinformation. In addition, the Brazilian scenario also experienced the strong impact resulting from the politicization of the health crisis. In this context, the article presents research on information practices in relation to the pandemic, within the scope of online social networks. To this end, Critical Discourse Analysis was adopted in order to understand the way in which content about the pandemic, especially the positions defended by the federal government, were seized and passed on by users on Facebook. The results showed extensive circulation of disinformation content and political polarization of Internet users.

Keywords: Disinformation; Polarization; Information Practices; Pandemic.

^a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

^b Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Andrea Heloiza Goulart. E-mail: andreagoulart@gmail.com.

Recebido em/Received: 15/08/2022; Aprovado em/Approved: 08/11/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

No final de 2019, surgiu em Wuhan, na China, um novo coronavírus que, ao se espalhar rapidamente, em escala mundial, converteu-se em pandemia (World Health Organization, 2020). Diferentemente do que ocorreu em crises passadas, contudo, o desenvolvimento científico e tecnológico atual permitiu à humanidade uma resposta sem precedentes: o genoma do vírus foi rapidamente sequenciado em laboratórios; vacinas eficazes foram desenvolvidas em menos de um ano; diversos setores da economia puderam manter suas atividades em meio virtual (Harari, 2021).

No entanto, ao mesmo tempo em que a tecnologia possibilitou respostas rápidas e eficientes, também evidenciou problemas de ordem informacional, como a enorme quantidade de conteúdos que, verdadeiros ou não, passaram a circular sobre a crise sanitária – fenômeno conhecido como infodemia –, além da proliferação de desinformação (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). De acordo com Beldarraín Chaple (2020), no contexto da crise sanitária causada pelo coronavírus, inúmeras informações passaram a ser veiculadas na imprensa, no rádio, na televisão e nas redes sociais, muitas das quais imprecisas ou deliberadamente inverídicas, o que resultou em uma pandemia paralela de desinformação.

Nesse cenário, entende-se por desinformação os conteúdos propositalmente enganosos, que podem ser completamente falsos ou permeados de informações descontextualizadas, fragmentadas ou distorcidas. Seu traço distintivo, contudo, é a função de enganar, a fim de se obter vantagem, lucro ou beneficiar alguém (Brisola; Bezerra, 2018; Fallis, 2015).

No Brasil, enquanto diversos estados e municípios adotaram medidas para restringir a circulação de pessoas e a mídia alertava a população acerca da crise sanitária, o governo federal manteve postura negacionista. O presidente da república sustentou retórica avessa à redução das atividades econômicas; ironizou e condenou o uso de máscaras; promoveu medicamentos sem eficácia comprovada; demorou para negociar e adquirir vacinas; além de ter garantido ampla divulgação a conteúdos desinformativos, que contribuíram para o espalhamento do vírus no país (Brito, 2020; Ventura; Bueno, 2021).

Ventura e Bueno (2021) empregam a expressão “neoliberalismo epidemiológico” para definirem a atuação do governo brasileiro na pandemia, em que a adoção da estratégia da imunidade coletiva foi propagandeada como um meio de superar a crise sanitária com regulação e custos mínimos, a partir de uma lógica que dispõe em polos opostos a proteção da saúde e a proteção da economia. As autoras sustentam que, dentre as táticas adotadas pelo governo federal, estariam a mobilização da opinião pública por meio de discursos de cunho econômico, ideológico e moral e o espalhamento de desinformação, com vistas a enfraquecer as recomendações das autoridades sanitárias e instigar, na sociedade, ativismo político contrário às medidas de saúde pública.

Nesse contexto, o artigo apresenta recorte de pesquisa que objetiva investigar, no âmbito das redes sociais *online*, as práticas informacionais em relação à pandemia de

Covid-19, num cenário impactado pela politização e pela alta circulação de conteúdos desinformativos. O estudo acompanhou quatro grupos públicos do Facebook entre os meses de fevereiro de 2020 – época em que foi registrado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil – e junho de 2021 – momento em que o país atingiu a marca de 500 mil óbitos decorrentes da enfermidade.

Assim, procedeu-se à análise de discurso crítica dos comentários publicados por internautas a respeito da crise sanitária, com o propósito de se averiguar a forma pela qual os membros dos grupos estudados se posicionaram quanto às informações difundidas na rede social. Com isso, o artigo demonstra, sob a perspectiva das práticas informacionais, o modo como a ideologia propagada pelo governo federal impactou os debates de usuários do Facebook e de que forma os posicionamentos defendidos pelo chefe do poder executivo foram recebidos e repercutidos nessas comunidades virtuais.

O SUJEITO INFORMACIONAL E AS REDES SOCIAIS ONLINE

Na Ciência da Informação, os estudos de práticas informacionais investigam como os usuários se relacionam com a informação, levando-se em conta o contexto social e cultural em que se inserem (Berti; Araújo, 2017). Assim, atribui-se ao usuário a condição de sujeito informacional, valorizando-se a relação dialógica entre indivíduo e contexto, em que um constitui e influencia o outro (Duarte; Araújo; Paula, 2017).

De acordo com Rendón-Rojas e García-Cervantes (2012), o sujeito informacional emerge num cenário no qual, ao mesmo tempo em que o condiciona, também o leva a construir e articular estruturas informativas propiciadoras da sua atuação nos diversos contextos sociais que lhe são apresentados. Em tal dinâmica, as identidades, longe de serem impostas, acabam por se constituir mediante relações sociais complexas.

Do mesmo modo, as práticas informacionais podem ser consideradas modalidades de práticas sociais. Eis porque as investigações sob esta perspectiva compreendem a investigação de necessidades e comportamentos de busca de informação, mas também vão além, uma vez que evidenciam a comunicação formal e informal entre os sujeitos, a formação de redes de aconselhamento e troca de informação, a criação de conteúdos para a internet, dentre outros aspectos relevantes (Rocha; Gandra; Rocha, 2017).

Sob esta ótica, considera-se que, no contexto da pandemia de Covid-19, em que os mais variados conteúdos sobre a crise sanitária foram veiculados e compartilhados nas redes sociais *online*, tal ambiente consiste num importante objeto para o estudo das práticas informacionais dos sujeitos. Segundo Sousa *et al.* (2021, p. 176), em tal conjuntura “[...] ocorre uma escolha político-informacional, em que a categoria informação é relativizada, tendo como marco desconstrutivo a retomada da polarização política em escala global.”

Assim, leva-se em conta que as ações de publicar, comentar, compartilhar e interagir com conteúdos nas redes sociais configuram práticas informacionais e, portanto, práticas sociais, impactadas por excesso de informações, muitas das quais de caráter desinformativo. Interações, ademais, transmissoras de conteúdos condicionados “[...] pelo uso de distintas linguagens, recursos hipermediáticos, artifícios retóricos, dentre outros aspectos.” (Sousa *et. al*, 2021, p. 181-182). Ressalta-se, com isso, a necessidade de se compreender de que forma se dá a mediação¹ da informação em ambiente *online*.

Mediação da informação na internet

Durante a maior parte do século XX, a exibição de bens culturais de massa dependia de grande aporte financeiro para se viabilizar. Com isso, grandes empresas de música, TV e cinema oligopolizaram o mercado, tornando-se as principais mediadoras da informação no longo prazo. A partir da década de 1990, o advento da internet e a popularização de técnicas de digitalização pavimentaram o caminho para a entrada de novos atores no processo de mediação da informação. Em decorrência, alguns segmentos do mercado, até então disputados por reduzido número de companhias, passaram a ostentar até 90% de concentração em uma única empresa, como o Google, líder entre os buscadores *online*, e a Meta, organização detentora do Facebook, do Instagram, do WhatsApp, dentre outros (Bezerra, 2017).

Tais companhias valem-se dos dados de navegação dos seus usuários para lhes oferecer propaganda personalizada e, com isso, gerar lucro. Desse modo, informações coletadas dos próprios internautas, em suas navegações prévias, são usadas para o direcionamento de novos conteúdos e de publicidade correlata a cada indivíduo (Bezerra, 2017). Cai por terra, portanto, a ideia de que a internet seria um espaço aberto e livre, capaz de eliminar hierarquias, uma vez que o internauta recebe o impacto de novas formas de mediação operadas por filtros tecnológicos (Vaz, 2001).

Tal filtragem algorítmica interfere diretamente no tipo de informação ao qual os usuários terão acesso na rede, criando ambientes aparentemente confortáveis que, na verdade, encapsulam os usuários em horizontes egóicos, autorreferenciados e desprovidos de diversidade, o que cria óbvios limites e obstáculos para a autonomia e a liberdade (Bezerra, 2019, p. 48).

De acordo com Lewandowsky *et al.* (2020), ferramentas automatizadas oferecem ao internauta conteúdos aptos a capturar sua atenção e satisfazer suas preferências. Tais mecanismos, contudo, trabalham de forma autônoma e sem supervisão. Assim, não raramente, podem oferecer informações enganosas, descontextualizadas ou polarizadoras, podendo influenciar a percepção dos sujeitos. Esses dispositivos

¹ Conforme Davallon (2007), o conceito de mediação envolve a articulação entre a informação e os sujeitos de forma a agregar valor aos produtos culturais, abarcando a atuação de diversos agentes – bibliotecários, museólogos, arquivistas, escolas, meios de comunicação de massa – até a produção de políticas de acesso à informação.

também estão presentes nas redes sociais *online* que, com sua capilaridade, acabam por se transformar em potencial difusor de desinformação.

As redes sociais online

As redes sociais podem ser definidas como agrupamentos que se constituem das relações entre os sujeitos e ajudam a estruturar a sociedade. Por meio delas, os indivíduos são percebidos como atores, enquanto as relações que os unem representam conexões, ambos configurando o tecido social. Quando as referidas conexões têm lugar na internet, equivalem a redes sociais *online*. Por existirem em ambiente virtual, tais redes deixam rastros passíveis de ser encontrados e, com isso, sofrem menos com a temporalidade. Ademais, agregam muitas relações, já que envolvem uma grande quantidade de indivíduos (Recuero; Bastos; Zago, 2020).

Para Martino (2014), aspectos preponderantes das redes sociais, tanto *online* quanto presenciais, são as relações estabelecidas entre seus integrantes, forjadas a partir de interesses comuns e capazes de influenciar todo o comportamento da rede. Com isso, os participantes interagem para fins de compartilhamento de informações e de conhecimentos, mas também se engajam em questões políticas, sociais e culturais.

Assim, do mesmo modo que em outros ambientes na internet, as redes sociais *online* sujeitam-se ao direcionamento de conteúdos e à manipulação de informações. Blatt (2018) salienta que, em plataformas como Facebook e Twitter, as contas automatizadas (operadas por robôs), a imensa quantidade de dados e a segmentação com base no perfil dos usuários formam uma combinação capaz de transformar essas plataformas em verdadeiras máquinas de propaganda política. Assim, em diversas ocasiões, evidências dotadas de verossimilhança são substituídas por “verdades” circunstanciais, que atendem a interesses de determinados grupos.

Igualmente preocupante, no que tange às redes sociais *online*, é o fato de os conteúdos nelas publicados serem oriundos de incontáveis fontes, não raramente indeterminadas. Com isso, informações de origem confiável são apresentadas aos usuários da mesma forma que dados advindos de fontes duvidosas, o que contribui para confundir a opinião pública e disseminar desinformação (Delmazo; Valente, 2018).

No contexto da pandemia de Covid-19, as redes sociais *online* emergiram como relevantes meios de circulação e compartilhamento de informação. Tais conteúdos, contudo, muitas vezes não apresentam embasamento científico e, por vezes, trazem dados imprecisos ou falsos (Garcia; Duarte, 2020). Assim, torna-se relevante conhecer as práticas informacionais dos sujeitos em relação à crise sanitária, a fim de se aferir de que forma as mensagens propagadas pelo governo federal foram percebidas pelos sujeitos.

METODOLOGIA

Partindo-se do pressuposto de que práticas informacionais configuram práticas sociais, constitutivas de relação dialógica com os sujeitos e aptas a influenciar suas ações e crenças, buscou-se compreender de que forma, na rede social Facebook, conteúdos sobre a pandemia foram apreendidos e repercutidos pelos internautas.

A plataforma foi escolhida, no início de 2020, por ser, na época, a rede social mais acessada no Brasil, conforme o Alexa Traffic Rank² (Alexa, 2020). Assim, quatro grupos públicos foram selecionados, por meio da ferramenta de busca da rede social, para fins de acompanhamento contínuo durante a pesquisa. Os dados foram coletados no próprio Facebook e por meio do CrowdTangle, ferramenta automatizada para recolhimento de dados públicos no Facebook, no Instagram e no Reddit (Crowdtangle Team, 2021).

Dentre os grupos selecionados, dois foram escolhidos por terem sido criados em razão da crise sanitária, para que servissem de espaço de debate sobre o tema. Tais comunidades apresentavam-se como politicamente neutras. A primeira reunia 46.026 membros no início da coleta de dados, enquanto a segunda tinha 3.328 integrantes. Os outros dois grupos, anteriores à pandemia, detinham perfis políticos antagônicos. Um era composto por apoiadores do presidente da república e somava 81.996 internautas; o outro, com 22.495 integrantes, era formado por opositores do governo federal. Deste modo, possibilitou-se o acompanhamento das repercussões de ideias defendidas pelo chefe do executivo e propagadas pela mídia, tanto em comunidades mais direcionadas às questões sanitárias, quanto em grupos com maior grau de polarização política.

A análise compreende o período de fevereiro de 2020, quando do diagnóstico do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, até junho de 2021, ocasião em que o país registrou a marca de 500 mil óbitos decorrentes da pandemia. No referido intervalo, uma data em cada mês foi objeto de exame. Para a escolha dos dias, num primeiro momento, por meio de dados gerados pelo CrowdTangle, tentou-se observar se havia datas em que todos os grupos apresentavam elevado número de publicações. Tal correspondência, contudo, não ocorreu. Em segunda tentativa, recorreu-se ao cruzamento entre quantitativos de publicações nos grupos com datas de alta procura pelo tema “pandemia” no Google Trends. Uma vez mais, não foi possível estabelecer um padrão.

Assim, com base em reportagens publicadas na imprensa a respeito da crise sanitária, criou-se uma lista com eventos relevantes sobre a pandemia, com aplicação posterior de sete critérios para a escolha dos dias, sendo os três primeiros obrigatórios: tratar-se de evento passível de ser constatado objetivamente; ter o acontecimento relação com o Brasil; apresentar capacidade para alterar a percepção das pessoas em relação

² O site Alexa.com foi retirado da internet em 1º de maio de 2022, mas tal condição é referendada pela Similarweb (2022), empresa especializada em medição de tráfego online.

a pandemia³; deter potencial para a concreta alteração dos resultados da crise sanitária⁴; evidenciar conteúdos problemáticos; tratar-se de marco temporal ou numérico; congregar mais de um evento importante. Desse modo, foram eleitas as datas que atendiam ao maior número de critérios. São elas:

- a) 26.02.2020 – primeiro caso de Covid-19 no Brasil;
- b) 24.03.2020 – em pronunciamento, o presidente da república (PR) diz que a Covid-19 é “gripezinha” e defende o uso da cloroquina;
- c) 16.04.2020 – demissão do ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta;
- d) 15.05.2020 – ministro da saúde Nelson Teich pede demissão;
- e) 06.06.2020 – após sair do ar, site do Ministério da Saúde (MS) passa a registrar apenas os números das últimas 24 horas;
- f) 07.07.2020 – diagnosticado com Covid-19, PR faz propaganda da hidroxicloroquina em vídeo;
- g) 08.08.2020 – Brasil registra 100 mil mortes por covid-19;
- h) 16.09.2020 – posse do ministro da saúde, Eduardo Pazuello;
- i) 19.10.2020 – PR afirma que vacina não será obrigatória;
- j) 09.11.2020 – Anvisa suspende testes da vacina Coronavac;
- k) 17.12.2020 – PR diz que os que tomarem vacina da Pfizer podem “virar jacaré”; Supremo Tribunal Federal (STF) permite medidas restritivas contra aqueles que não querem se vacinar e autoriza compra de imunizantes por estados e municípios;
- l) 14.01.2021 – rede hospitalar em Manaus fica sem oxigênio;
- m) 26.02.2021 – estados e Distrito Federal começam a adotar medidas restritivas; PR afirma que governadores que optarem pelo *lockdown* deverão “bancaram o auxílio emergencial”;
- n) 15.03.2021 – médica Ludhmila Hajjar recusa convite para assumir o MS; cardiologista Marcelo Queiroga, indicado para o cargo de ministro da saúde, descarta *lockdown* como política contra a Covid-19;
- o) 06.04.2021 – Brasil registra mais de 4000 mortos em 24 horas;
- p) 05.05.2021 – PR sugere que a China faz guerra biológica com Covid-19 e critica o uso de máscaras;
- q) 19.06.2021 – Brasil chega a 500 mil mortes por Covid-19; ocorrência de protestos contra o governo de Jair Bolsonaro.

Em seguida, selecionou-se, para cada grupo, em cada uma das datas determinadas, a postagem sobre a crise sanitária que continha o maior número de comentários. Desse modo, foram obtidas 66 publicações, visto que, em dois momentos, não houve postagem alguma no grupo de apoiadores do presidente. Vale destacar que tais

³ Tais eventos são aqueles que, de alguma forma, podem mudar a visão dos indivíduos em relação à crise sanitária. Por exemplo, quando o primeiro caso de Covid-19 foi diagnosticado no país, a pandemia tornou-se palpável aos brasileiros, trazendo a preocupação com o vírus ao cotidiano das pessoas.

⁴ Alguns acontecimentos podem mudar concretamente os rumos da pandemia, como por exemplo, a troca de ministros da saúde, que efetivamente pode levar à mudança nas diretrizes de saúde pública.

comentários, mesmo quando referentes à mesma data, nem sempre tratavam do mesmo assunto.

A partir desse conjunto de publicações, extraíram-se 85 excertos para análise. Tal quantitativo deriva da escolha de trechos capazes de demonstrar o posicionamento predominante do grupo em relação ao assunto discutido. Algumas publicações, contudo, instigaram posições antagônicas dentro de um mesmo grupo, o que gerou a necessidade do exame de mais de um excerto. Além disso, trechos com conteúdo desinformativo também foram considerados.

Assim, para averiguar de que forma os sujeitos se posicionavam em relação às diretrizes do governo federal, bem como o modo como alguns discursos propagados pelo chefe do executivo foram difundidos e reproduzidos nos grupos estudados, recorreu-se à Análise de Discurso Crítica (ADC).

A ADC constitui abordagem teórico-metodológica que, voltada aos problemas sociais, busca contribuir para a crítica de questões que impactam a sociedade. Tal perspectiva ancora-se na ideia de que a linguagem é parte irreduzível da vida social, de modo que não se pode considerar a primeira sem que se leve em conta a segunda. Desse modo, o contexto social deve ser levado em conta e investigado em profundidade, a fim de se validar o estudo textual (Magalhães; Martins; Resende, 2017; Fairclough, 2003).

Magalhães, Martins e Resende (2017) esclarecem que as práticas sociais de modo algum se reduzem ao discurso, que desponta como um dentre os elementos de tais práticas. Uma vez contextualizados, entretanto, convertem-se os textos em materialização discursiva de problemas sociais, permitindo a realização da crítica social baseada em práticas discursivas.

Uma das preocupações da ADC recai sobre a capacidade de os textos estabelecerem, sustentarem ou alterarem ideologias (Fairclough, 2003). Assim, a ADC adota o conceito de Thompson (2011), segundo o qual a ideologia apresenta natureza hegemônica, servindo para estabelecer e sustentar relações de poder, bem como para favorecer os grupos dominantes (Resende; Ramalho, 2006).

De acordo com Thompson (2011), a ideologia pode ser operada com base em cinco modos que, por sua vez, se valem de diversas estratégias. São eles: legitimação (que usa táticas de racionalização, universalização e narrativização); dissimulação (que emprega o deslocamento, a eufemização e o tropo); unificação (que aplica a padronização e a simbolização da unidade); fragmentação (que faz uso da diferenciação e do expurgo do outro); e reificação (que opera por meio da naturalização, da eternalização, ou por recursos gramaticais e sintáticos, como a nominalização e a passivização).

Dentre outros aspectos também trabalhados na ADC estão a representação de atores sociais e a avaliação. A primeira refere-se ao modo como os agentes são apresentados ou excluídos no discurso e revela os posicionamentos do emissor em relação a eles (Resende; Ramalho, 2006). A avaliação busca identificar os valores reproduzidos num

texto, valendo-se, para tanto, de declarações de juízo de valor (que aludem ao que seria, ou não, desejável), declarações com modalidades deonticas (que apresentam caráter de obrigação e se vinculam ao juízo de valor), avaliações de apreço (relacionadas a processos afetivos) e valores pressupostos (desprovidos de marcadores de avaliação claros) (Fairclough, 2003).

As categorias ideologia, representação de atores sociais e avaliação nortearam as análises aqui apresentadas e sua escolha resulta do exame detalhado do material trabalhado. Ressalta-se, contudo, não serem elas exclusivas, nem tampouco obrigatórias em cada uma das análises.

RESULTADOS

A partir do exame dos 85 excertos selecionados, percebeu-se que alguns assuntos provocaram grande repercussão nos grupos, revelando as reações dos internautas às declarações e posicionamentos difundidos pelo presidente da república. Os resultados foram compilados e segmentados por temáticas, que refletem tomadas de posição recorrentes entre os integrantes das comunidades em análise.

Dicotomia direita x esquerda

Observou-se, principalmente no grupo de apoio ao governo, mas também em uma das comunidades voltadas à saúde, segmentação bastante demarcada entre posicionamentos políticos ditos de direita e de esquerda. A dicotomia entre tais posturas, no entanto, ostentou nova perspectiva, qual seja, a demarcação de uma espécie de linha divisória entre aqueles que defendem e os que criticam o presidente da república.

Assim, de um lado, adeptos do chefe do executivo foram constantemente caracterizados como “cidadãos de bem”, “brasileiros de fé”, “de direita”; de outro, os opositores do mandatário foram representados por termos de acento pejorativo: “comunistas”, “esquerdistas”, “petralhas”. Além disso, os problemas do país foram reiteradamente atribuídos ao “comunismo”.

Conforme observado por Ventura e Bueno (2021), na pandemia de Covid-19, tal cisão foi estendida aos comportamentos assumidos em face da crise sanitária. Assim, indivíduos adeptos das recomendações da comunidade científica passaram a ser denominados “esquerdistas”; em contraposição, aqueles que apoiavam o uso de medicamentos como a cloroquina e desconfiavam das vacinas, foram representados como “conservadores de direita”.

As rotulações em questão denotam juízo de valor, além de encerrarem viés ideológico que, por meio da fragmentação, buscam cindir a sociedade em “comunistas” e “não comunistas”. Tal atitude, contudo, despreza as complexidades existentes no país, nos grupos sociais e nos próprios indivíduos, contribuindo para fomentar a polarização.

No grupo opositor ao mandatário, essa dicotomia também foi observada, ainda que em menor quantidade e frequência. Os termos empregados nessa comunidade eram similares, mas ostentavam conotação irônica, nas quais os membros caçoavam dos “cidadãos de bem” e enalteciam os “comunistas”.

Nota-se, ademais, que, conforme apontado por Ventura e Bueno (2021), ao assumir comportamentos contrários às recomendações das autoridades sanitárias, o presidente conseguiu influenciar alguns indivíduos, que passaram a enxergar as medidas de contenção ao vírus sob uma ótica política.

Preconceito em relação aos chineses

Insinuações de que a China teria criado o Sars-CoV-2 por conta de interesses econômicos e de que a crise pandêmica decorreria de uma proposital guerra biológica foram bastante difundidas, nos grupos estudados, sobretudo em uma das comunidades criadas em função da pandemia, mas também no grupo de apoiadores do mandatário. Com isso, multiplicaram-se as referências preconceituosas ao país asiático e às vacinas desenvolvidas por seu laboratório, corroborando, assim, a posição de Delmazo e Valente (2018) de que conteúdos de origem duvidosa podem confundir o público e disseminar desinformação.

O coronavírus foi designado “vírus chinês”, expressão de uso recorrente, e a vacina Coronavac, recebeu a alcunha de “vachina”. Surgiram, assim, declarações como “Eu não vou tomar a vachina”, “tome a vacina da China e ganhe grátis uma passagem para o Além” e “Quem será o louco q deixa de tomar uma vacina americana ou europeia pra se decidir pela chinesa”, assertivas que denotam juízo de valor. Além disso, propagou-se a informação de que os chineses “Implantaram esse vírus só para ganharem dinheiro em cima dos países”

Tais representações, além de reforçarem a sinofobia produziram uma divisão, por meio do expurgo do outro, criando-se um inimigo a ser combatido. Além disso, amplificaram a desconfiança em relação à Coronavac num momento em que a adesão social ao programa de vacinação era de essencial relevância.

Governadores, prefeitos e Supremo Tribunal Federal

Governadores e prefeitos que optaram por aderir às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram duramente criticados por alguns internautas e retratados como “ladrões”, “esquerdalhas assassinos” e “corruptos” que, movidos por interesses financeiros, estariam agindo contra o chefe do executivo. Não obstante, foram também acusados de prejudicar a economia ao implementarem medidas restritivas; por refutarem o chamado “tratamento precoce”, levando, por omissão, pessoas à morte; e responsabilizados pelo desvio dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal para fins de mitigação da crise sanitária em âmbito local. Declarações com juízo de valor como “desviou dinheiro”, “super faturou a compra de

respiradores” e “os governadores que estão sendo um fracasso” foram constantemente reiteradas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) foi alvo de muitas críticas, a partir de afirmações distorcidas, feitas pelo presidente, para quem a suprema corte teria retirado da União os direitos e as condições para o combate à pandemia ⁵. O argumento foi repetidamente apresentado, tanto nos grupos dedicados à discussão sobre saúde como na comunidade de apoiadores do mandatário. Os ministros do órgão, apontados como responsáveis pelo número de óbitos, foram categorizados com termos como “lixos”, “STF vermelho petistas”, “cambada de pilantras” e “enganadores do povo”. Diversos internautas defenderam a ideia de que “o STF mesmo tirou todo o poder do presidente”, enquanto outros publicavam comentários que, por meio da modalidade deôntica, instigavam o mandatário a reagir: “Feche esse supremo e faça a troca desses lixos”.

Construiu-se, no modo descrito, uma cadeia de raciocínio, por meio da racionalização, que exonerava a esfera federal do governo de qualquer responsabilidade no combate à crise. Não obstante, alimentou-se em tal processo a fragmentação, mediante o posicionando de governadores, prefeitos e STF de um lado e a população de outro, criando-se, assim, verdadeiro abismo entre os dois grupos, com a decorrente incitação ao ódio e à violência.

Tal posicionamento foi observado, principalmente, no grupo de apoio ao mandatário, e, em menor grau, em uma das comunidades voltadas à saúde. Já no grupo de opositores do presidente, os chefes locais receberam elogios por sua conduta em relação à pandemia. Nota-se, com isso, que há uma escolha em relação aos significados dos acontecimentos que levam em conta mais o posicionamento político do que o fato em si, como defendido por Sousa *et al.* (2021).

Adversários do governo federal

Além de governadores, prefeitos e ministros do STF, citados com mais frequência, outros opositores do presidente da república (artistas, políticos e personalidades públicas) também foram repetidamente criticados, sobretudo no grupo de apoiadores do mandatário, mas também em um dos grupos criados para discutir a pandemia, o que comprova a afirmação de Blatt (2018) de que as redes sociais *online*, não raramente, se convertem em instrumentos de propaganda política.

Observou-se, todavia, que as agressões mais se voltavam a características pessoais – reais ou imaginárias – do oponente do que ao seu desempenho profissional ou político. O termo mais empregado para designar tais indivíduos foi “comunista”. Até mesmo

⁵ Em abril de 2020, o STF determinou que estados e municípios detinham autonomia para implementar políticas de combate à crise sanitária, tais como o fechamento de comércio, escolas, dentre outros. Contrariamente ao que foi propagado pelo governo federal, a decisão não excluiu a responsabilidade nem a atuação da União no combate à pandemia (MENEZES, 2020).

personalidades com perfis tradicionalmente voltados à direita política, como João Dória e Sérgio Moro, assim foram adjetivados. Com isso, o conceito histórico e político de comunismo sofreu uma drástica simplificação, reduzindo-se a uma adjetivação ofensiva, sinônimo de oposição ao presidente.

Destaca-se, ademais, uma diferenciação nos adjetivos atribuídos a tais indivíduos em relação ao gênero. Enquanto os homens receberam designações como “traidor”, “ladroão”, “maconheiro”, “cachaceiro”, “corrupto”, “canalha”, etc., as mulheres foram representadas por termos que remetiam a sua conduta moral ou a características físicas, tais como “vagabunda”, “velha safada”, “vadia”, “gorda”, “porca”, “pançuda”. As expressões usadas denotam juízo de valor de caráter negativo e, no caso específico das mulheres, revestem-se também de sexismo, uma vez que pessoas do gênero feminino acabam depreciadas por supostos comportamentos imorais e/ou por não corresponderem a padrões ideais de beleza e juventude. Evidencia-se, portanto, que tais “qualidades” configuram exigências apresentadas somente às mulheres.

Em ambos os casos, observa-se o uso de operadores ideológicos como o deslocamento, em que um termo normalmente empregado para designar algo é transferido a outro, e também do expurgo do outro, em que se cria um inimigo a ser combatido. Além disso, por meio da diferenciação, alimentou-se a dicotomia “democracia x comunismo”, levando os indivíduos a assumirem uma posição na qual o inimigo seria todo aquele que, na batalha retórica e ideológica, não está do seu lado.

Medicamentos sem eficácia comprovada

Medicamentos tais como cloroquina, ivermectina e nitazoxanida, além do chamado “tratamento precoce” foram bastante debatidos, sobretudo nos grupos especialmente constituídos para a reflexão sobre a crise sanitária, porém não exclusivamente nestes.

Diversos usuários basearam-se em argumentos supostamente racionais para defender o uso dos fármacos, como “já é utilizada no Brasil a mais de 30 anos”, “sempre foi vendida sem necessidade de receita”, “até polivitamínico tem REAÇÕES ADVERSAS e efeitos colaterais”. Outros compartilharam testemunhos de que tais medicamentos salvaram algum conhecido, familiar ou a si mesmo: “resolveram para minha família”, “Se não fosse a Ivermectina não estaria aqui”, “Salvou a vida deles”.

O assunto também foi motivo para a denúncia de médicos, da OMS e da indústria farmacêutica, que estariam em um suposto complô para a venda de vacinas e, por isso, seriam contra o uso do chamado tratamento precoce. Não obstante, acusaram-se alguns profissionais da saúde “esquerdistas” de usar doses elevadas de cloroquina nos pacientes a fim de matá-los e, com isso, desacreditar o remédio: “os testes realizados foram em altas dosagens”, “fizeram muitos de cobaia”, “tudo para alcançar um objetivo”.

Apesar de a comunidade científica e da própria OMS terem advertido sobre a ineficácia de tais compostos para o tratamento da Covid-19, observou-se que diversos internautas, principalmente nos grupos voltados à saúde, se apegaram à possibilidade de cura e até mesmo de profilaxia mediante o uso desses fármacos.

Percebe-se, assim, que pela via da racionalização, desenvolveu-se o argumento de que, na falta de solução melhor, os medicamentos deveriam ser empregados, tendo tal retórica impactado os sujeitos. Com efeito, declarações e posicionamentos demonstram que tais orientações obtiveram enorme adesão, muito embora se perceba que conteúdos desinformativos desse tipo são bastante nocivos, uma vez que induzem os indivíduos a fruir uma falsa sensação de segurança, o que os leva ao abandono de medidas comprovadamente eficazes. Ademais, a profusão desse tipo de informação reforça a ideia de que muitos conteúdos difundidos na internet não detêm embasamento científico, como apontado por Garcia e Duarte (2020).

Número de óbitos

O quantitativo de óbitos decorrentes da Covid-19 também foi bastante questionado nos grupos e considerado “fantasioso”. Muitos internautas acreditavam ter havido superdimensionamento dos números, inflados de propósito para levar o pânico à população: “não existe mais mortes por acidentes, câncer, infecção generalizada, infarto etc...”, “tem muito casos aí de médicos pondo covid em pessoas que morrem”, “estamos sendo orientados por forças maiores a relatar todo caso como suspeita de covid-19”.

Na visão de parte dos membros das comunidades, a principal culpada por divulgar números irreais seria a mídia, avaliada como “golpista” e “culpada por espalhar o terror”, dentre outras declarações a denotarem juízo de valor.

A tática de contestar as cifras oficiais de óbitos foi bastante empregada, a fim de minimizar os impactos da pandemia, e ajuda a caracterizar o contexto infodêmico vivenciado, no qual a enorme quantidade de informações, muitas vezes desconstruídas, gera incertezas na população, tal como sustentado pela Organização Pan-americana de Saúde (2020). Tal estratégia desinformativa, além de reforçar o negacionismo em relação à pandemia, fomenta a desconfiança acerca das instituições e de seu papel, contribuindo, assim, para enfraquecê-las e deslegitimá-las.

Vacinas

Observou-se desconfiança quanto às novas vacinas desenvolvidas para o combate à pandemia do coronavírus. A despeito de muitos internautas terem demonstrado ansiedade para receber o imunizante no menor prazo possível, outros levantaram dúvidas acerca de sua segurança e eficácia.

Os principais argumentos usados por indivíduos contrários à imunização foram: que as vacinas não poderiam ter sido desenvolvidas tão rapidamente; que ainda estariam em fase de testes e as pessoas seriam cobaias; que os laboratórios não se responsabilizavam por efeitos colaterais; que os imunizantes provocariam um “desarranjo genético” causador de câncer nas gerações futuras. Tais alegações, não raramente, foram apresentadas como oriundas de médicos ou cientistas, profissionais supostamente “renomados” e “especialistas”. Desse modo, os defensores desses argumentos apoiam-se numa hipotética autoridade científica para desenvolver uma racionalização contrária aos imunizantes.

Além disso, a possível obrigatoriedade da vacina foi considerada um atentado às liberdades individuais. A avaliação pode ser observada em trechos em que os internautas se mostram revoltados com tal possibilidade: “ser obrigada a tomar é um absurdo” e “obrigar uma nação a ser cobaias humanas”. Também foi bastante difundido o *slogan* “Meu corpo, minhas regras”, em defesa do direito de recusa ao imunizante. A frase, historicamente originária de movimentos feministas, teve seu sentido transferido para outro objetivo, em ação condizente com a estratégia ideológica do deslocamento.

Percebe-se, assim, o quanto a desinformação pode ser nociva às ações de saúde pública, em razão do seu poder de infundir temor e insegurança na população. Ademais, informações inverídicas ou distorcidas são apresentadas de forma similar aos conteúdos confiáveis, o que confunde os usuários e auxilia na disseminação de desinformação, como salientado por Delmazo e Valente (2018).

Apoio x oposição ao presidente

A despeito das discussões referentes à pandemia, notou-se, sobretudo nos grupos com orientação política, embora não exclusivamente neles, muitas declarações de apoio ou de crítica ao chefe do executivo.

Na visão de seus correligionários, o presidente é classificado por termos como “guerreiro”, “capitão”, “homem honesto” e “Estadista”. Observaram-se, ainda, manifestações de apreço em diversas declarações: “não é homem de Medo”, “Jurou que daria a Vida pela Pátria e Família”. Além disso, foram observados comentários como “Pátria e Família”, “luta pela moral e os bons costumes”, que recorrem à simbolização da unidade, em estratégia ideológica que visa forjar uma identidade coletiva a partir de símbolos compartilhados pelos membros do grupo.

Em sentido contrário, os opositores do chefe do executivo representavam-no com expressões deletérias: “tosco”, “falso”, “lunático”, “burro”, “miliciano”, “ditador”, “asqueroso”, “imbecil”, “genocida”. Observaram-se, ainda, recorrentes declarações com juízo de valor: “não tem competência”, “é uma vergonha”, “só sabe gritar e humilhar”. No mesmo sentido, frases proferidas pelo próprio presidente (“só uma gripizinha”, “E daí?”, “eu n sou coveiro”) motivaram a revolta em alguns internautas.

Muito embora se possa notar uma clara disparidade nos posicionamentos nos grupos de internautas, observou-se que, tanto aqueles que enaltecem, como os que repudiam o presidente o fazem com base em argumentos emocionais e pouco consistentes, mesmo nos casos em que atitudes pontuais em relação à pandemia sejam citadas. Com isso, as discussões permaneceram na superficialidade, o que se vê é mais um acirramento de posições, que alimenta a polarização e o ódio do outro. Além disso, nota-se que os conteúdos são relativizados, a fim de atender aos posicionamentos políticos, tal como exposto por Sousa *et al.* (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 impôs um grande desafio ao mundo, tendo evidenciado fragilidades, não apenas nas áreas sanitária e política, nas quais disputas de poder foram realizadas, mas também na esfera informacional.

A imensa quantidade de conteúdos em circulação acerca da crise sanitária engendrou angústias e esperanças, muitas vezes conflitantes, deixando, no mais das vezes, a população insegura e, em algumas situações, propensa a acreditar em soluções fáceis, mas não referendadas pela comunidade científica. Perceptível, ademais, que o desencontro de opiniões e a incerteza quanto ao desenrolar da crise auxiliaram na propagação de desinformação.

Não houve, no Brasil, articulação coesa entre política e ciência, que permitisse uma divulgação de fatos e uma comunicação unidirecional com a população, apta a transmitir confiança aos indivíduos. A falta de consenso entre organizações, profissionais de saúde e órgãos governamentais também ajudou a enfraquecer a confiança nas instituições. Tais embates fragmentaram a comunicação com a sociedade, amplificando inseguranças, temores e incertezas.

Os resultados demonstram que os posicionamentos defendidos pelo presidente e seus apoiadores tiveram impacto relevante nos grupos estudados, comprovando a politização gerada em torno da crise sanitária, até nas comunidades voltadas à saúde e autointituladas “apolíticas”. Além disso, muitos optaram por acreditar que havia uma real possibilidade de cura ou profilaxia que permitisse a volta da vida cotidiana a sua normalidade pré-pandêmica, o que acabou por fortalecer a retórica negacionista.

Destaca-se, ao mesmo tempo, a ocorrência de posicionamentos favoráveis às recomendações das entidades científicas, sobretudo nos grupos que tinham por objetivo discutir a crise sanitária, bem como na comunidade contrária ao governo federal. Assim, diversos indivíduos mostraram-se ansiosos para o início da vacinação, defenderam as medidas adotadas por governadores e prefeitos e condenaram comportamentos do chefe do executivo.

No que diz respeito às práticas informacionais, notou-se que os internautas, ao mesmo tempo em que se permitiram influenciar pelas mensagens difundidas pela internet, buscaram integração a grupos que apresentassem posicionamentos similares aos seus,

fato observado principalmente nas comunidades de perfil político. Tal comportamento, no entanto, aumenta a polarização e encapsula os sujeitos em “visões” unilaterais do mundo e dos acontecimentos, como apontado por Bezerra (2019).

Observou-se, ainda, nas interações dos grupos em análise, o predomínio de argumentos superficiais, além da ocorrência de estigmatização e preconceito. O problema é que tal simplificação desconsidera as complexidades humanas, ao rotular e definir a personalidade dos indivíduos com base em critérios sem fundamento, mas é efetiva em criar diferenciação, ocasionando profundas divisões entre os grupos.

Faz-se necessário, portanto, um esforço em prol de uma educação apta a despertar consciência crítica nos sujeitos, a fim de mitigar os impactos do negacionismo e da desinformação.

REFERÊNCIAS

ALEXA, 2020. *Top Sites in Brazil*. 2020. [Acesso em 17 março 2020]. Disponível em: <https://www.alexacom.com/topsites/countries/BR>

BELDARRAIN CHAPLE, E. R., 2020. La información científica confiable y la COVID-19. *Revista Cubana de Información em Ciências da Saúde*. set. 2020. vol. 31, no. 3. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2307-21132020000300004&lng=es&nrm=iso

BERTI, I. C. L. W. e ARAÚJO, C. A. A., 2017. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? *Informação & Informação*. 2017. vol. 22, no. 2, p. 389-401. [Acesso em 12 ago. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33832>

BEZERRA, A. C., 2017. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 2017. Belo Horizonte, vol. 22, no. 4, p. 68-81. [Acesso em 9 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/zxgymJJ9DrB6xCKWtRfNHwq/?lang=pt>

BEZERRA, A. C., 2019. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. Em: BEZERRA, A. C., SCHNEIDER, M., PIMENTA, R. M. e SALDANHA, G. S., 2019. *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. p. 15-72.

BLATT, R., 2018. *Historia reciente de la verdad*. Madrid: Turner Publicaciones.

BRITO, R., 2020. Bolsonaro volta a se referir ao coronavírus como gripezinha, critica governadores e gera reação. *Reuters*. 24 março 2020. [Acesso em 7 ago. 2022]. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/bolsonaro-volta-a-se-referir-ao-coronavirus-como-gripezinha-e-criticar-governadores-por-restricoes.htm>

- BRISOLA, A. e BEZERRA, A. C., 2018. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. Em: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Londrina, PR: XIX ENANCIB. 2018. [Acesso em 22 outubro 2022]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>
- CROWDTANGLE TEAM, 2021. *CrowdTangle*. Facebook, Menlo Park, California, United States. 2021. [Acesso em 22 mai. 2021]. Disponível em <https://www.crowdtangle.com>
- DAVALLON, J., 2007. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*. 2007. no. 4. [Acesso em 11 out. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61109>
- DELMAZO, C. e VALENTE, J. C. L., 2018. Fake news na redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*. 2018. vol. 18, no. 32, p. 155-169. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11
- DUARTE, A. B. S., ARAÚJO, C. A. A. e PAULA, C. P. A., 2017. Práticas Informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. *Informação em Pauta*. 2017. vol. 2, no. especial. [Acesso em 12 ago. 2022]. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650/31063>
- FAIRCLOUGH, N., 2003. *Analysing Discourse*. London: Routledge.
- FALLIS, D., 2015. What is disinformation? *Library Trends*. 2015. vol. 63, no. 3, p. 401-426. [Acesso em 22 out. 2022]. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/FALWID>
- GARCIA, L. P. e DUARTE, E., 2020. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2020. vol. 29, no. 4. [Acesso em 9 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/ress/2020.v29n4/e2020186/pt>
- HARARI, Y. N., 2021. Yuval Noah Harari: Lessons from a year of Covid. *Financial Times*. 26 fevereiro 2021. [Acesso em 7 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f1b30f2c-84aa-4595-84f2-7816796d6841>
- LEWANDOWSKY, S., SMILLIE, L., GARCIA, D., HERTWIG, R., WEATHERALL, J., EGIDY, S., ROBERTSON, R. E., O’CONNOR, C., KOZYREVA, A., LORENZ- SPREEN, P., BLASCHKE, Y. e LEISER, M., 2020. *Technology and Democracy: Understanding the influence of online technologies on political behaviour and decision- making*. 2020. Luxembourg: Publications Office of the European Union. [Acesso em 12 ago. 2022]. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC122023>
- MAGALHÃES, I, MARTINS, A. R. e RESENDE, V. M., 2017. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- MARTINO, L. M. S., 2014. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MENEZES, L. F., 2020. Não é verdade que STF afastou Bolsonaro de ações para o controle da pandemia. *Aos Fatos*. 1 julho 2020. [Acesso em 11 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/nao-e-verdade-que-stf-afastou-bolsonaro-de-aco-es-para-o-controle-da-pandemia/>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. 2020. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. *Página Informativa*. 2020. no. 5. [Acesso em 7 ago. 2022]. Disponível em:

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16

RECUERO, R., BASTOS, M. e ZAGO, G., 2020. *Análise de Redes para Mídia Social*. Porto Alegre: Sulina.

RENDÓN-ROJAS, M. A. e GARCÍA-CERVANTES, A., 2012. El sujeto informacional em el contexto contemporáneo. Un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. *Encontros Bibli*. 2012. vol. 17, no. 33, p. 30-45. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p30/21709>

RESENDE, V. M. e RAMALHO, V., 2006. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.

ROCHA, E. C. F., GANDRA, T. K. e ROCHA, J. A. P., 2017. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. *Biblios*. 2017. no. 68, p. 96-109. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em:

http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1562-47302017000300007&lng=es&nrm=iso

SIMILARWEB, 2022. *Ranking dos sites principais*. 2022. [Acesso em 22 out. 2022]. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/>

SOUSA, R. S. C., VALERIM, P., HELLER, B. e LIMA, M. H. T. F., 2021. Fetichismo da desinformação na web: uma pandemia agravada. *Tomo*. 2021. no. 38, p. 173-214. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/14452>

THOMPSON, J. B., 2011. *Ideologia e cultura moderna; teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

VAZ, P., 2001. Mediação e tecnologia. *Revista FAMECOS*. 2001. no. 16, p. 45-59. [Acesso em 9 ago. 2022]. Disponível em:

https://www.academia.edu/20921489/Mediação_e_tecnologia

VENTURA, D. F. L. e BUENO, F. T. C., 2021. De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del “neoliberalismo epidemiológico” ante la Covid-19. *Foro Internacional*. 2021. vol. LXI, no. 2, p. 427-467. [Acesso em 8 ago. 2022]. Disponível em:

<https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2835>

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021. *Listings of WHO's response to COVID-19*. 29 jan. 2021. [Acesso em 4 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>